



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

P.B.H. - ATIVOS S/A
INSTRUMENTO

Livro nº 01

Fis: 11 V

24/03/14

R.

Contrato de prestação de serviço, que entre si celebram a
PBH ATIVOS S.A. e a empresa FERNANDES
ASSOCIADOS LTDA.

A PBH ATIVOS S.A, doravante denominada CONTRATANTE, sociedade de economia mista, estabelecida na Avenida Otacílio Negrão de Lima, n° 16.950, Bairro Pampulha, CEP 31365-450, Belo Horizonte, MG, CNPJ/MF nº 13.593.766/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Edson Ronaldo Nascimento, CPF/MF 362.453.050-04, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Minas Gerais, doravante denominado CONTRATANTE e a FERNANDES ASSOCIADOS LTDA, estabelecida na Rua Guajajaras nº 1005/1007/1301, Centro, Belo Horizonte-Minas Gerais CNPJ 00.211.317/0001-77 representada por Wander Lima Fernandes, CPF 813.536.506-34, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Presencial 2014/002, processo administrativo nº 01.166348/13-71, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06 e nº 15.113/13 e das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de contabilidade abrangendo as áreas contábil e societária, trabalhista e previdenciária, fiscal e tributária, assessoria paracontábil e administrativo-financeira para a PBH Ativos S.A, empresa de economia mista controlada pelo município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas por recursos do Contratante, não oriundos dos recursos do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O presente contrato tem o valor total de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

- 5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- 5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.



CLÁUSULA SEXTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

- 6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais.
- 6.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 6.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 6.4. Excetuam-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 7.2. Desempenhar com todo o zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, as normas das Ciências Contábeis, resguardando os interesses da CONTRATANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais, sujeitando-se, ainda às normas do Código de Ética Profissional do Contador, aprovado pela Resolução N° 803/96 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e alterado pela Resolução CFC n.º 1.307/10.
- 7.3. Responsabilizar-se por todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados.
- 7.4. Assumir integralmente a responsabilidade por eventuais multas fiscais decorrentes de imperfeições ou atrasos nos serviços ora contratados, excetuando-se os ocasionados por força maiores ou caso fortuito, assim definidos em lei, depois de esgotados os procedimentos de defesa administrativa e judicial:
 - 7.4.1. Não se incluem na responsabilidade assumida pela CONTRATADA os juros e a correção monetária de qualquer natureza, visto que não se tratam de apenamento pela mora, mas sim recomposição e remuneração do valor não recolhido;
 - 7.4.2. O pagamento de multa referida neste Contrato deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, assim que forem esgotados os procedimentos de defesa administrativa e/ou judicial. Caso o pagamento não seja realizado no prazo aqui estipulado incorrerá incidência de multa em 2% e juros de acordo com a taxa SELIC;
- 7.5. Fornecer ao CONTRATANTE, no escritório desta e dentro do horário normal de expediente, todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.6. Responsabilizar-se por todos os documentos a ela entregues pelo CONTRATANTE, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados, respondendo pelo seu mau uso, perda, extravio ou inutilização, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.



- 7.7. Realizar todas as providências necessárias perante as autoridades Federais, Estaduais e Municipais, nos casos de danificação, perda ou extravio de qualquer documento fiscal que esteja sob sua responsabilidade, ainda que provocados por fenômenos da natureza (chuva, enchente, terremoto, e outros). Este procedimento é extensivo nos casos de roubo, furto ou assalto.
- 7.8. Apresentar relação da equipe técnica comprovando o vínculo com a CONTRATADA por meio de: Ficha de Registro de Empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços dos profissionais.
- 7.8.1. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais apresentados poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pelo Contratante.
- 7.9. Apresentar o visto da entidade de classe profissional competente instalada no Estado de Minas Gerais no caso de ser registrada ou inscrita no Conselho Regional de Contabilidade de outra sede.
- 7.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
- 7.11. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 7.12. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 7.13. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 9 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.14. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 7.15. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 7.16. Diligenciar no sentido de que seus técnicos mantenham-se, nas dependências do Contratante, devidamente trajados e identificados por crachás, observando todas as normas internas de segurança do Contratante.
- 7.17. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.
- 8.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 9 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.



- 8.3. Fornecer à CONTRATADA todos os dados, documentos e informações que se façam necessários ao bom desempenho dos serviços ora contratados nas bases dos prazos a serem estipulados. Não caberá à CONTRATADA nenhuma responsabilidade se tais dados, documentos e informações, necessários à avaliação contábil e financeira não forem entregues a CONTRATADA dentro dos prazos legais.
- 8.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.
- 8.5. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO

- 9.1. O faturamento será mensal, devendo ser apresentado ao Contratante até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
- 9.2. O pagamento dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após, mediante depósito em conta corrente através de ordem bancária ou boleto bancário;
- 9.3. Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma;
- 9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- 10.1.1. advertência.
- 10.1.2. multas nos seguintes percentuais:
- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do serviço, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
 - c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.



- d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

10.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A.

10.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

10.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública.

10.4. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

10.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

10.5.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

10.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO / RESCISÃO

11.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

11.2. O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da Contratada:

11.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições;

11.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

11.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;



- 11.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 11.2.5. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- 11.2.6. ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 11.2.7. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
- 11.2.8. demais hipóteses previstas na legislação.
- 11.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA

- 13.1. O presente contrato será garantido por meio de seguro-garantia, no valor de R\$ 7.950,00, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 13.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 13.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, Circular SUSEP nº 232/03.
- 13.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 13.5. A PBH Ativos S.A. poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.
- 13.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva

Paulo P. Serra Junior
Assessor Jurídico Consultivo Interm.
PBH ATIVOS S/A



reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

13.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

13.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

14.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. Anexo I – Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 24 de março de 2014.


Edson Ronaldo Nascimento

Diretor Presidente da PBH ATIVOS S.A


Fernandes Associados EPP

Testemunhas: 1)..... 2)



ANEXO I
PROJETO BÁSICO

1. OBJETO:

Prestação de serviços de contabilidade abrangendo as áreas contábil e societária, trabalhista e previdenciária, fiscal e tributária, assessoria paracontábil e administrativo-financeira para a PBH Ativos S.A., empresa de economia mista controlada pelo município de Belo Horizonte.

1.1. ÁREA CONTÁBIL E SOCIETÁRIA

- 1.1.1. Proceder à execução mensal da escrituração contábil de acordo com as normas e princípios contábeis vigentes;
- 1.1.2. Elaborar, apresentar e conciliar, mensalmente, os balancetes contábeis, as demonstrações de resultado e fluxo de caixa, de acordo com as normas vigentes (incluindo mas não se limitando ao CFC, Leis 6404/76 - 11.638/07 e da CVM);
- 1.1.3. Realizar mensalmente a conciliação das contas contábeis;
- 1.1.4. Realizar, mensalmente, depreciação dos bens móveis, conforme legislação vigente;
- 1.1.5. Realizar e apresentar à CONTRATANTE teste de *impairment* sobre os ativos;
- 1.1.6. Controle analítico do ativo imobilizado;
- 1.1.7. Registro, controle e emissão de relatórios financeiros de debêntures emitidas e respectivas amortizações;
- 1.1.8. Elaborar relatórios de fluxos de entrada e saídas relativos à emissão de debêntures, de acordo com normas da CVM;
- 1.1.9. Elaboração, apresentação e conciliação de todas as peças contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações Patrimoniais e Notas Explicativas) no final do exercício, elaborados de acordo com as normas vigentes;
- 1.1.10. Elaborar Informações Semestrais, nos moldes das ITRs, relativas aos semestres a se encerrarem em 30/06 e 31/12, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil;
- 1.1.11. Emitir parecer técnico em relação aos procedimentos adotados sempre que solicitado em atendimento a procedimentos de auditoria e prestação de contas;
- 1.1.12. Providenciar Prestação de Contas e emitir parecer técnico sobre os registros contábeis e respectivas demonstrações apresentadas à Contratante, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- 1.1.13. Participar, quando antecipadamente convocado, de reuniões para prestar esclarecimentos de natureza contábil que se fizerem necessárias;
- 1.1.14. Elaborar livros DIÁRIO, E-LALUR e RAZÃO.



1.2. ÁREA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- 1.2.1. Realizar, quando solicitado, cálculos trabalhistas em função de acordos, ajustes, demandas judiciais, entre outros que se fizerem necessários, demonstrando-os através de planilhas, gráficos, relatórios, etc.;
- 1.2.2. Realizar toda rotina de admissão e demissão de funcionários;
- 1.2.3. Registro, manutenção e atualização da CTPS – Carteira de trabalho e Previdência Social e do Livro/Ficha de Registro de Empregados em conformidade com normas e regulamentos da CLT, MTPS e do INSS;
- 1.2.4. Preenchimento, elaboração e entrega de documentos necessários à demissão dos funcionários da CONTRATANTE, conforme as normas da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- 1.2.5. Manutenção dos registros de empregados e serviços de guarda dos respectivos registros;
- 1.2.6. Elaboração da EFD – Social (Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento dos funcionários);
- 1.2.7. Elaboração da Folha de pagamento dos empregados e de pró-labore, os respectivos comprovantes de pagamentos, recibo de férias e guias de recolhimento dos encargos sociais e tributos afins;
- 1.2.8. Elaborar e apresentar comprovante anual de impostos retidos na fonte;
- 1.2.9. Controle dos períodos de férias dos empregados, comunicando antecipadamente o vencimento de períodos aquisitivos e emissão de avisos de férias.

1.3. ÁREA FISCAL E TRIBUTÁRIA

- 1.3.1. Informar a CONTRATANTE sobre as exigências e Instruções Normativas oriundas do Tribunal de Contas do Estado, Receita Federal, Conselho Federal de Contabilidade e Comissão de Valores Mobiliários;
- 1.3.2. Calcular e emitir, mensalmente, as guias para pagamentos das obrigações sociais e fiscais, nos prazos estabelecidos pela legislação vigente;
- 1.3.3. Assessoria no atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, bem como eventuais procedimentos de fiscalização tributária, contemplando a composição de documentos e esclarecimentos sobre informações técnicas relativas ao período de vigência contratual;
- 1.3.4. Orientação quanto aos modelos e preenchimento de notas fiscais;
- 1.3.5. Emitir parecer técnico referente a possíveis impactos fiscais relativo às solicitações de negociação, reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados entre a CONTRATANTE e terceiros, analisando e julgando as planilhas de preços apresentadas, a fim de se verificar se o valor solicitado corresponde à realidade contábil apresentada;



1.3.6. Confeção e entrega de todas as obrigações acessórias exigidas pelas legislações vigentes conforme quadro abaixo na atualidade, e demais obrigações que se fizerem necessárias:

1.3.7.

QUADRO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS			
Declarações	Periodicidade	Órgão	Finalidade
E-LALUR	Anual	SRF	Apuração do IRPJ e CSLL da Pessoa Jurídica tributada pelo lucro Real
DIPJ	Anual	SRF	Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.
SPED	Anual	SRF	Sistema Público de Escrituração Eletrônica Digital.
DIRF	Anual	SRF	Declaração de imposto de renda retido na fonte de pessoas físicas.
DIMOB	Anual	SRF	Informar intermediação de aquisição, alienação, administração de patrimônio próprio.
DACON	Mensal	SRF	Declarar os impostos retidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)
DCTF	Mensal	SRF	Declaração das contribuições e tributos federais
DTTA	Último dia útil de março e setembro	SRF	Cumprimento do dispositivo legal 11033/04 relativo à transferência de titularidade de ações fora da bolsa.
SEFIP	Mensal	CEF/INSS/RFB	Declaração de relação de empregados e suas respectivas remunerações para gerar FGTS e INSS a recolher.
RAIS	Anual	CEF/MT	Informações dos funcionários e valores recolhidos no ano.
CAGED	Mensal	MT	Informar movimentação de entrada e saída de funcionários.
CAD. PIS	Eventual	CEF	Efetuar registro junto à CEF quando for o caso.
DES	Mensal	Prefeitura	Informar operações relativas ao ISSQN



1.4. ÁREA PARACONTÁBIL E ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

- 1.4.1. Elaborar, quando solicitado, planilhas, relatórios e gráficos diversos, referentes às áreas contábil e financeira;
- 1.4.2. Assessorar o controle patrimonial da PBH Ativos, de acordo com os registros contábeis dos bens móveis e imóveis, equipamentos, etc., para conciliação física e contábil dos bens;
- 1.4.3. Assessorar, quando convocado, elaborando análises de balanços e cálculos indicadores de empresas participantes de licitações da PBH Ativos;
- 1.4.4. Elaborar planilhas ou sistemas de controle de cálculos em geral de atualização de créditos e débitos, principalmente de financiamentos e valores a receber;
- 1.4.5. Registros societários e cadastrais junto aos órgãos de registro e regulação dos respectivos atos (Junta Comercial, Receita Federal, Receita Estadual, INSS, CEF, PBH e afins);
- 1.4.6. Registros dos livros sociais relativos às atas de reunião dos conselhos de administração, fiscal, de assembleias ordinárias e extraordinárias e atas da diretoria;
- 1.4.7. Serviço de busca e entrega de documentos entre o escritório e a sede da contratante.

1.5. VOLUME DO SERVIÇO:

O volume de serviços devidamente quantificados será conforme quadro a seguir:

Quadro de Lançamentos previstos no Mês	
Lançamentos Contábeis	Entre 100 a 150
Nº de Pró-Labore	Entre 10 e 15
Nº de empregados	Entre 10 e 15
Nº de RPA	00
NF Serviços Prestados	Entre 01 e 02
NF Serviços Tomados	Entre 07 e 10
NF Venda de Mercadorias (saídas)	00
NF Compra de Mercadorias (entradas)	Entre 1 e 5
Nº Conhecimento de Transporte	Entre 1 e 5
Nº de Retenções na Fonte	Entre 4 e 10

2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 2.1. A documentação deverá ser enviada pelo CONTRATANTE de forma completa, em boa ordem, nos prazos acordados.
 - 2.1.1. Entende-se por “boa ordem” a entrega organizada da documentação, obedecidas às particularidades individuais quanto suas sequências cronológicas de datas, numeração, ordem alfabética bem como a composição separada por assunto.



2.2. A CONTRATADA deverá a cumprir todos os prazos estabelecidos na legislação de regência quanto aos serviços contratados, especificando-se, porém, os prazos abaixo:

2.2.1. A entrega das guias de recolhimento de tributos e encargos trabalhistas e previdenciários à CONTRATANTE far-se-á até 48 (quarenta e oito horas) antes do seu vencimento, após entrega pela CONTRATANTE de todos os documentos e informações necessários para apuração e cálculo dos mesmos;

2.2.2. A entrega da folha de pagamento, recibos de pagamento salarial, de férias e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias far-se-á até 24 (vinte e quatro horas) antes do seu vencimento, após entrega pela CONTRATANTE de todos os documentos e informações necessários para apuração e cálculo dos mesmos pela CONTRATADA;

2.2.3. A entrega de Balancetes e Demonstrações Financeiras se fará até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao período a que se referir, após entrega pela CONTRATANTE de todos os documentos e informações necessárias a sua elaboração;

2.2.4. A entrega do Balanço anual se fará até 30 dias após a entrega de todos os dados necessários à sua elaboração;

2.2.5. A entrega das guias de recolhimento de tributos e encargos trabalhistas e previdenciários; folha de pagamento, recibos de pagamento salarial, de férias e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias; Balancetes e Demonstrações Financeiras mensais; Balanço Anual e demais relatórios serão realizadas por meio eletrônico;

2.3. A remessa de documentos e informações física entre as partes deverá ser feita sempre sob protocolo, sendo possível o envio de informações por via eletrônica.

2.4. A empresa contratada deverá realizar os serviços em suas dependências e/ou na sede do Contratante apenas quando necessário, para cumprir a finalidade de sua contratação. Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto contratado, não serão suportadas pela PBH Ativos S/A;

2.5. Todo e qualquer documento retirado da sede da PBH Ativos S/A para que seja realizado os serviços contratado, deverá ser devolvido nas mesmas condições em que foi entregue, sob pena de multa e responsabilização civil e criminal.

3. DO GERENCIAMENTO

3.1. O acompanhamento e o gerenciamento do contrato serão exercidos pela Gerencia Financeira da PBH ATIVOS, à qual deverá se reportar a Contratada para resolução de quaisquer problemas decorrentes desta contratação.

3.2. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por cartas protocoladas, telegramas, ou por fax, desde que com comprovação de recebimento.

3.2.1. As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas por escrito ao Fiscal do Contrato no seguinte local/endereço: PBH ATIVOS S/A – Avenida Afonso Pena, 774, 5º andar - Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, MG.